



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

SUMÁRIO

CIS de Uruaçu comemora Dia das Mães	2
Reunião do CNPCP discute relatório de inspeção de presídios goianos.....	2
Dia das mães é comemorado na Cadeia de Caldas Novas	2
Conferência de segurança estuda prevenção	2
Presidentes do STJ e do STF assinam resolução sobre prazos prescricionais de natureza penal.....	4
Presídio Feminino realizará almoço em homenagem às presas mães	4
MPF/PB recomenda a proibição de exposição pública de presos	5
MJ oferece 180 mil vagas em cursos para profissionais de segurança	6
ONGs acusam Brasil na ONU de tortura e violência contra pobres.....	7
JFSC destina R\$ 243 mil de penas alternativas a 27 entidades	8
Susepe inaugura presídio em Hidrolândia.....	9
Começa capacitação de monitores para assistência a saúde do preso.....	10
Grupo de Trabalho do Sistema Prisional fiscalizará verbas de saúde	10
Curso de solda na Penitenciária II de Itirapina	11
Trabalho dos presos de Goiás é destaque em programa da Rede Globo	13
Polícia Militar do MS realiza conferência livre	13
Insegurança Pública - Treze fugas em quatro meses	14
Reformas prevêem xadrezes de concreto.....	16
Superlotação desvia policiais da função.....	17
Maceió discute propostas para segurança pública.....	18
A voz do detento.....	20
Pena alternativa supera o total de prisões em SP.....	21
"Prisão deve ser exceção, e não regra"	22
Juiz impede chegada de novos presos em sistema prisional.....	23
ONU tem interesse em firmar convênio com CNJ.....	23

Ajude a construir este clipping. Envie notícias da sua região para imprensa@carceraria.org.br



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

08/05/2009

SUSEPE

http://www.agenciaprisional.go.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=53307

CIS de Uruaçu comemora Dia das Mães

O Centro de Inserção Social (CIS) de Uruaçu comemorou, nesta quinta-feira (07/05), o Dia das Mães. Na programação, realizada no dia de visitas de familiares, foram distribuídos sovetes e “cartões” com dizeres sobre a data. Os cartões foram confeccionados pelos presos do “Projeto Reeducando para a Liberdade”, juntamente com a Professora Sonita.

08/05/2009

MP-GO

<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/conteudo.jsp?page=1&base=1&conteudo=noticia/d7316226313bc1300a9f19b1cd35d2b9.html>

Reunião do CNPCP discute relatório de inspeção de presídios goianos

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), órgão subordinado ao Ministério da Justiça, realiza na próxima segunda-feira (11/5), às 14 horas, reunião ordinária no edifício-sede do Ministério Público de Goiás (sala 201). Na ocasião, será apresentado o relatório de inspeção nos presídios goianos, a cargo dos conselheiros Geder Luiz Rocha Gomes e Rodrigo Duque.

Na terça-feira (12/5), o CNPCP, em parceria com o Ministério Público de Goiás, realiza, a partir das 8 horas, audiência pública justamente para discutir o sistema penitenciário goiano. O encontro será realizado no auditório do edifício-sede do MP.

08/05/2009

SUSEPE

http://www.agenciaprisional.go.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=53303

Dia das mães é comemorado na Cadeia de Caldas Novas

As presas da Cadeia Pública de Caldas Novas receberam, na manhã desta sexta-feira (08/05), flores em comemoração ao Dia das Mães. A homenagem foi prestada pelo Conselho da Comunidade e Universidade Estadual de Goiás, que atualmente ministra um curso de gastronomia para os internos da unidade. A programação também contou com a exibição de um filme e lanche. Ao todo, 15 detentas foram homenageadas.

07/05/2009

PNUD

<http://www.pnud.org.br/seguranca/reportagens/index.php?id01=3204&lay=jse>

Conferência de segurança estuda prevenção



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

Curso sobre experiências de prevenção à violência é oferecido aos organizadores da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública

Mariana Desidério
da PrimaPagina

Um curso elaborado pelo PNUD pretende colocar até 600 pessoas das comissões organizadoras das etapas estaduais e nacional da I CONSEG (Conferência Nacional de Segurança Pública) em contato com o conceito de segurança cidadã e com as experiências da América Latina no assunto.

As aulas são oferecidas gratuitamente a todas as entidades e grupos responsáveis pela organização das conferências de segurança estaduais, um dos passos para a realização da 1ª Conseg, além da comissão organizadora da própria conferência nacional. "É uma forma de prestigiar as entidades", explica Fernanda dos Anjos, secretária executiva da Conseg. Durante o curso, as comissões conhecem um pouco melhor a experiência do PNUD em segurança cidadã na América Latina, em especial nos países da América Central e na Colômbia, onde surgiu o conceito. O conhecimento adquirido servirá como subsídio na organização das conferências estaduais de segurança, etapas que levantarão propostas para serem debatidas na CONSEG.

Basicamente, a segurança cidadã tem seu foco na prevenção da violência, em vez de priorizar a repressão. Na Colômbia, uma das ações com este objetivo foi a distribuição, em Bogotá, de cartões que de um lado eram brancos com um sinal de aprovação, e do outro eram vermelhos, com sinal de reprovação. Os cidadãos passaram a mostrar as faces dos cartões entre si, para comunicar o que pensavam das atitudes dos outros. Segundo relatos do estudo técnico "Cultura cidadã, programa contra a violência em Santa Fé de Bogotá, Colômbia, 1995-1997" os cartões foram bastante usados pelos cidadãos, principalmente no trânsito, tanto para reprovar atitudes de pedestres e motoristas, quanto para aprová-las. Outra ação voltada para a educação no trânsito incluiu a mímicos que, de forma lúdica, tentavam fazer com que os motoristas respeitassem as faixas de pedestres.

Um projeto que teve bastante adesão no país foi ainda o das "Jornadas de vacinação contra a violência". Acompanhadas por um psiquiatra, pessoas que haviam sofrido algum tipo de agressão, principalmente na infância, lembravam da violência sofrida e descarregavam seu sofrimento verbal ou fisicamente contra um boneco cujo rosto tinha desenhados os traços do agressor. Das duas jornadas promovidas, participaram 45 mil pessoas. Esta ação veio após a formação de uma rede de agentes que compartilhavam a idéia de que "os maus-tratos a crianças são uma grave manifestação de violência e um fator chave de sua reprodução e persistência."

No Brasil, o curso de segurança cidadã tem módulos como "Proteção de crianças e adolescentes", "Resolução pacífica de conflitos", "Formação policial", "Espaços urbanos seguros e intervenção em lugares de alto risco", "Redução de fatores de risco de se converter em vítima e agente da violência" e "Participação da cidadania na segurança". Entretanto, para Moema Freire, assistente de programa de políticas sociais do PNUD, o mais importante a ser aprendido é como gerir um projeto de segurança que enfoque a prevenção à violência. "[Na segurança cidadã] todo os atores trabalham: educação, inclusão social, esportes e é preciso gerenciar isso tudo em conjunto, para se ter uma política articulada", afirma.

No total, serão oito edições de curso, espalhadas pelo Brasil. A primeira edição, em Canoas (RS) já aconteceu de 14 a 18 de abril. As próximas são em Brasília (de 19 a 23 de maio), Vitória (de 2 a 6 de junho), Aracaju (de 16 a 20 de junho, quando acontecem duas edições ao mesmo tempo na mesma cidade) Campinas (30 de junho a 4 de julho), Manaus (de 14 a 18 de julho) e, por último, Cuiabá, (de 28 de julho a 1º de agosto). Cada curso tem capacidade máxima para 75 alunos e, para receber o certificado, o participante deve comparecer a 75% das aulas.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

Depois dos quatro dias de aulas, o curso termina com uma conferência livre de segurança, uma das etapas para a CONSEG. As conferências livres são, junto com as conferências estaduais e com as conferências municipais, o espaço onde são elaboradas propostas de segurança a serem votadas na conferência nacional.

07/05/2009

Correio Forense

http://www.correioforense.com.br/noticia/idnoticia/44260/titulo/Presidentes_do_STJ_e_do_STF_assinam_resolucao_sobre_prazos_prescricionais_de_natureza_penal.html

Presidentes do STJ e do STF assinam resolução sobre prazos prescricionais de natureza penal



Os presidentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Cesar Asfor Rocha, e do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, assinaram a Resolução Conjunta n. 01 de 5 de maio de 2009, que dispõe sobre cadastramento da estimativa de prazos prescricionais nos processos de natureza penal no âmbito do STJ e do STF.

A resolução prevê que o registro de qualquer processo de natureza penal nas secretarias do STF e STJ conterá a idade do réu e a data estimada para consumação da prescrição da pretensão punitiva ou executória na capa de autuação do processo.

Para elaborar a resolução, os presidentes consideraram a necessidade de adotar instrumentos que efetivem o direito fundamental à duração razoável do processo judicial e a importância da automatização das informações sobre os marcos e prazos prescricionais nos feitos pendentes de natureza penal, para a geração de relatórios gerenciais e atendimento da organização interna das unidades. Além disso, consideraram a conveniência de uniformização dos procedimentos correspondentes no âmbito do STF e do STJ.

A resolução entra em vigor em 60 dias.

Fonte: STJ

07/05/2009

SUSEPE

http://www.agenciaprisonal.go.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=53277

Presídio Feminino realizará almoço em homenagem às presas mães

O Presídio Feminino do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia realizará nesta sexta-feira, 08/05, às 11 horas, um almoço de confraternização em comemoração ao Dia das Mães, quando serão homenageadas as presas mães.

Na unidade, cerca de 90% das detentas têm filhos, sendo que duas delas estão grávidas. Durante o almoço, um grupo de presas apresentará uma peça de



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

teatro escrita por elas na qual elas também farão a encenação. A peça, cujo título é “O poder de uma mãe”, terá 20 minutos de duração.

A diretora do presídio, Sargento Nelma Paula de Lima informou, que a confraternização conta com a colaboração da Superintendência do Sistema de Execução Penal (Susepe), da população carcerária local que fez doações de refrigerantes e também doações de uma parceria permanente do Presídio Feminino a promotora de Justiça, Andréia de Brito Rodrigues, da 3º Juizado Especial Criminal. Além das presas, foram convidados para o almoço servidores da Susepe.

07/05/2009

MPF

<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/direitos-do-cidadao/mpf-pb-recomenda-a-proibicao-de-exposicao-publica-de-presos>

MPF/PB recomenda a proibição de exposição pública de presos

Polícias Militar e Civil devem adotar providências para impedir a exposição indevida de pessoas detidas

O Ministério Público Federal na Paraíba (MPF/PB), por meio do procurador regional dos Direitos do Cidadão Duciran Van Marsen Farena, recomendou ao secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social do Estado da Paraíba, Gustavo Ferraz Gominho, que proíba a exposição pública de qualquer preso ou pessoa sob sua guarda.

Tanto a Polícia Civil e Militar devem adotar providências para impedir a exposição indevida do preso, recolhendo-o a viaturas ou ao interior das instalações policiais, sempre que possível, ou condicionando o acesso ao interior das instalações policiais à não realização de imagens não consentidas.

O MPF também recomendou ao secretário que determine a proibição de entrevistas com qualquer preso, exceto com o consentimento deste. Antes da entrevista ser realizada, deve ser feito o registro do consentimento do preso por escrito ou por meio de imagens ou sons gravados. As autoridades policiais alertarão todos os que desejarem a realização de entrevistas com presos, da necessidade do consentimento destes, impedindo a realização do ato, se não houver o consentimento do detido.

Quando se tratar de programas noticiosos conduzidos por membros das corporações civis e militares, a Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SEDS) deve providenciar para que não haja entrevistas ou filmagens não consentidas de detidos. No caso, o acesso interno de repórteres membros das corporações às instalações policiais se dará nos mesmos casos e condições impostas a qualquer outro jornalista, de modo a não misturar a atividade policial e a jornalística.

A recomendação aplica-se apenas às filmagens e registros para fins jornalísticos, que se destinam à divulgação pública. O procurador fixou o prazo de 30 dias para que a SEDS informe as providências adotadas para atender à recomendação.

Para o Ministério Público, a exposição pública a que se refere a recomendação consiste na apresentação do preso à imprensa para tomada de fotos ou filmagens. Segundo Duciran



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

Farena, para caracterizar a exposição pública não é necessário que a autoridade ofereça expressamente o detido para fotos ou filmagens. “Basta, por exemplo, que deixe o preso algemado em lugar público onde possa ser assediado, quando poderia recolhê-lo a lugar interno como a viatura ou delegacia”, explicou.

O procurador ressaltou que não se caracteriza como exposição pública o registro pela imprensa de situações de flagrância, a não ser que a imprensa seja alertada para acompanhar operações policiais.

Direitos violados - Ao emitir a recomendação, Duciran Farena considerou que a exposição de cenas de detidos viola o direito à dignidade e a presunção de inocência dos detidos principalmente no tocante ao direito fundamental à presunção de inocência. “A exposição de presos à imprensa já foi criticada por ministros do Supremo Tribunal Federal e é inclusive vedada no Manual de Procedimentos da Polícia Federal. Resta apenas assegurar o mesmo direito aos mais pobres, cuja imagem é mostrada diariamente sem maiores constrangimentos em jornais e noticiosos policiais”, afirmou o procurador.

Por outro lado, é comum que programas policiais utilizem imagens ou entrevistas não autorizadas de presos, desrespeitando o direito à honra e à imagem, previsto no artigo 5º da Constituição Federal. “Os detentos têm direito de não prestar declarações contra a sua vontade, de não ser ofendido, de não ser exibido publicamente em situações vexatórias e humilhantes, de não ser exposto à execração pública e, enfim, o direito de não ser pré-julgado e condenado por quem não seja competente”, destacou o procurador.

Duciran Farena ainda alertou que o direito à liberdade de comunicação social, assim como todos os outros direitos fundamentais, não é absoluto, nem intangível, sujeitando-se aos limites gerais enunciados no art. 29 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como às restrições decorrentes da colisão com outros direitos ou valores constitucionais.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República na Paraíba
Fone:(83)3044-6258

07/05/2009

MJ

<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ2BB50889ITEMIDD858F72FCDF3447EA58F293A56A1C544PTBRIE.htm>

MJ oferece 180 mil vagas em cursos para profissionais de segurança

Brasília, 30/04/09 (MJ) - De 8 a 12 de maio estarão abertas as inscrições para os cursos a distância, oferecidos pelo Ministério da Justiça para profissionais de segurança pública (policiais civis, militares, peritos, bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais). Neste 16º ciclo da rede de educação a distância, serão oferecidas 180 mil vagas para 41 cursos. As aulas terão início em 2 de junho.

Os cursos são promovidos pela Rede Nacional de Educação a Distância, escola virtual destinada aos profissionais de segurança pública no Brasil criada em 2005.

Os participantes dos cursos, que receberem salário inferior a R\$ 1,7 mil, poderão aderir ao projeto Bolsa Formação e receberão R\$ 400 de auxílio mensal. Em muitos estados, essa quantia representa até 1/3 do salário dos policiais. A rede de Educação a Distância é uma das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) para valorizar e aprimorar a formação dos profissionais de segurança de todo país.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

Outra novidade é a inclusão de seis novos cursos: Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial, Conflito Agrário, Democracia Participativa, Emergencista Pré-Hospitalar 2, Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial, Integração das Normas Internacionais de Direitos Humanos na Área de Segurança Pública e Tópicos em Psicologia Relacionados à Segurança Pública.

Dentre os 41 cursos propostos também estão: Direitos Humanos e Cidadania; Identificação veicular; Policiamento Comunitário; Enfrentamento à Homofobia; Tráfico de Pessoas; Retrato Falado; Criminalidade e Prevenção; Uso Progressivo da Força; e Combate à Lavagem de Dinheiro.

No ano passado, foram realizados quatro ciclos de aulas que ofereceram 390 mil vagas. No primeiro ciclo deste ano, os cursos mais procurados foram: Direitos Humanos (24.052); Uso Progressivo da Força (11.298 inscritos), Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência (10.899), Identificação Veicular (10.543) e Crimes Ambientais (10.541).

07/05/2009

Direitos Humanos

http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5162&Itemid=1

Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos

http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5162&Itemid=1

ONGs acusam Brasil na ONU de tortura e violência contra pobres

O governo do Brasil passou pelo constrangimento de ouvir, nos últimos dois dias, na 42ª sessão do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, em Genebra, denúncias que o responsabilizam pela violência praticada contra a população, em especial a mais pobre.

O país foi denunciado em relatórios apresentados pelas ONGs Justiça Global, Movimento Nacional de Meninos, Meninas de Rua, a Organização Mundial Contra a Tortura e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher. São citados casos de mortes e torturas em presídios, de violência policial em favelas e de ação de milícias.

O encontro avalia o cumprimento do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais pelos países. O governo do Brasil apresentará hoje um relatório positivo sobre isso.

O texto das ONGs é um documento alternativo. Um dos casos citados foi o de maus-tratos, tortura e superlotação do presídio Urso Branco, em Rondônia. "Há uma clara criminalização da pobreza. A maior parte das vítimas é pobre, moradora de favelas e negra", diz Tamara Melo, da Justiça Global.

A advogada cita os "autos de resistência" --documento policial criado com a finalidade de registrar mortes causadas por resistência à prisão. Segundo ela, o registro é usado no Rio para encobrir homicídios resultantes da violência policial: "Não é só uma política do poder público, há parcelas da sociedade que aceitam e aplaudem essas ações".

Por Ana Flor

Fonte: Folha de São Paulo



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

06/05/2009

Correio Forense

http://www.correioforense.com.br/noticia/idnoticia/44231/titulo/JFSC_destina_R_243_mil_de_penas_alternativas_a_27_entidades_.html

JFSC destina R\$ 243 mil de penas alternativas a 27 entidades



A Justiça Federal em Santa Catarina (JFSC) destinou hoje, terça-feira (5/05) R\$ 243 mil reais de penas pecuniárias e medidas alternativas a 27 entidades que desenvolvem ações sociais. A verba deverá ser empregada para aquisição de alimentos, roupas e equipamentos, entre outros itens, conforme projetos apresentados a 1ª Vara Federal Criminal de Florianópolis. As entidades terão 30 dias para prestar contas da execução dos projetos. A transferência do dinheiro, que estava depositado em conta judicial da Caixa Econômica Federal, foi autorizada pela juíza Ana Cristina Krämer, mediante ofício entregue nesta data à gerente da agência da CEF na Justiça Federal, Joana D'Arc Amboni.

Entidades favorecidas:

ABS – Associação do Bairro Sambaqui (casa de cultura)

Ação Social de Barreiros (creche)

APAE de Florianópolis (atendimento a crianças com necessidades especiais)

APAE de Palhoça (atendimento a crianças com necessidades especiais)

Associação Amigos do Hospital Universitário (apoio aos pacientes, acompanhantes e apoio ao hospital)

CEI – Centro de Educação Infantil Nossa Senhora de Fátima (educação infantil)

Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolistas (auxílio a dependentes químicos)

Conselho Comunitário Brejaruense (representação comunitária e assistência social)

Conselho Comunitário da Tapera (representação comunitária e assistência social)

Conselho Comunitário de Forquilha (creche)

Conselho Comunitário Padre Réus (creche)

Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas

Fundação Hermon (assistência social e educação de crianças e assistência a jovens e dependentes químicos)

GAPA – Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS

Hospital Infantil Joana de Gusmão

IATEL – Instituto de Audição e Terapia da Linguagem (educação de surdos e terapia fonoaudiológica)

Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima (creche)

Lar de Zulma (asilo)

Lar do Idoso Osvaldo Alípio da Silva (asilo)

Lar Fabiana de Cristo (assistência a crianças, famílias e idosos)

Lar Recanto da Esperança (assistência a dependentes químicos e pessoas com AIDS).



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

Orionópolis Catarinense (crianças e idosos)

PROCON – Programa de Defesa do Consumidor

PROMENOR (crianças)

SERTE – Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação (crianças e idosos)

SEOVE – Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna (creche e asilo)

Sociedade Vida e Movimento (atendimento a pessoas com necessidades especiais)

Fonte: JF

06/05/2009

Câmara aprova criação de berçário e creche em presídios

Rodolfo Torres

A Câmara aprovou nesta quarta-feira (6) duas emendas do Senado ao Projeto de Lei 335/95, que garante a criação de berçários e creches nos presídios. A matéria vai à sanção presidencial.

Dessa forma, as detentas poderão amamentar seus filhos nos berçários até, no mínimo, os seis meses de vida. Por sua vez, a creche acolherá crianças de seis meses até sete anos cujas mães estiverem cumprindo pena.

De acordo com a proposta, a presidiária que estiver grávida deverá ter assistência médica, que se estenderá no pós-parto.

Segundo o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), a proposta foi incluída na pauta em homenagem ao Dia das Mães, que será comemorado no próximo domingo (10).

06/05/2009

SUSEPE

http://www.agenciaprisional.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=53267

Susepe inaugura presídio em Hidrolândia

A Superintendência do Sistema de Execução Penal (Susepe), da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO), inaugura nesta quinta-feira (07/05) às 15:30h, a unidade prisional de Hidrolândia (foto) destinada ao cumprimento dos regimes aberto e semi-aberto, com alas masculina e feminina, e criação de 24 novas vagas no presídio.

Na ocasião, será lançado o projeto “Ressocializar: Leitura e Informática”, que oferecerá aulas de informática, em uma oficina com quatro computadores, e acesso leitura para os presos da unidade, por meio de uma biblioteca com acervo de mil livros.

A obra foi realizada com recursos do Governo Estadual, Prefeitura e Poder Judiciário de Hidrolândia. O presídio será administrado pelo agente de carreira Anderson Souza Cerqueira.

De acordo com o superintendente da Susepe, Edilson de Brito, a nova unidade dará melhores



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

condições para o cumprimento da pena. “As obras realizadas em Hidrolândia evidenciam um esforço significativo da Susepe em obediência à legislação que determina estabelecimentos específicos para os diferentes regimes do cumprimento da pena. Essas conquistas têm sido rotineiras na administração penitenciária do Estado, principalmente devido às parcerias que a Susepe firma com a sociedade em geral”, diz Edilson.

06/05/2009

SUSEPE

http://www.agenciaprisional.go.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=53265

Começa capacitação de monitores para assistência a saúde do preso

A Gerência de Assistência à Saúde da Superintendência do Sistema de Execução Penal (Susepe) deu início na última segunda-feira, 04/05, ao curso capacitação dos monitores de saúde da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães (POG), com duração de 30 horas e término previsto para o dia 15 de maio.

Os profissionais das equipes de saúde estão dando palestras sobre saúde bucal, noções básicas de prevenção e promoção em saúde. Ao final do curso, o monitor deverá estar apto a discriminar a função de cada profissional da área de saúde, reconhecer os sinais e sintomas das doenças de maior incidência no Complexo Prisional e saber lidar de forma adequada com os presos necessitados de assistência médica, psicológica e social fazendo o encaminhamento dos mesmos para o setor de triagem da Unidade.

O conteúdo programático está sendo ministrado com aulas expositivas, materiais didáticos (panfletos e etc.), dinâmicas de Grupo e Vivências de Grupos e Avaliação Escrita. Após a capacitação na POG, o curso será ministrado para os monitores de saúde da Casa de Prisão Provisória do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia.

05/05/2009

MPF

<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/direitos-do-cidadao/controle-subgrupo-de-trabalho-do-sistema-prisional-fiscalizara-verbos-de-saude>

Grupo de Trabalho do Sistema Prisional fiscalizará verbas de saúde

Subgrupo de Pernambuco acompanhará repasse e aplicação de recursos encaminhados pelos Ministérios da Saúde e da Justiça para o sistema prisional no estado

O Grupo de Trabalho do Sistema Prisional da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) atuará na fiscalização do repasse e da aplicação de recursos dos Ministérios da Saúde e da Justiça destinados ao sistema prisional, sob o título de Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Esse tema foi discutido pelo subgrupo do GT em Pernambuco, no encontro realizado na última segunda-feira, 4 de maio, que contou com a participação do secretário de Desenvolvimento



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

Social e Direitos Humanos de Pernambuco, Roldão Joaquim dos Santos, e do secretário executivo de Ressocialização do Estado, Humberto Viana. Os convidados foram apresentados ao Subgrupo de Trabalho do Sistema Prisional e mostraram-se receptivos à formação de uma parceria.

A coordenadora do subgrupo em Pernambuco, procuradora regional da República Socorro Paiva, falou sobre a reunião realizada no dia 29 de abril, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), com a diretora executiva Maria Thereza G. Freitas, coordenadora da área técnica de saúde no sistema penitenciário, do Ministério da Saúde, que prestou esclarecimentos adicionais sobre a transferência de recursos do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

De acordo com o que foi deliberado no encontro do subgrupo em Pernambuco, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e a Secretaria Executiva de Ressocialização farão um levantamento para apurar como estão sendo feitos o repasse e a aplicação dos recursos do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário em Pernambuco.

O subgrupo voltará a se reunir com os secretários na próxima segunda-feira, 11 de maio, na sede da Procuradoria Regional da República da 5ª Região, dando continuidade à reunião do dia 4. Na ocasião, também serão analisados os projetos em curso no estado de Pernambuco que recebem recursos do Fundo Penitenciário Nacional.

A Procuradoria Regional da República da 5ª Região (PRR-5) é a unidade do Ministério Público Federal que atua perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), a segunda instância do Poder Judiciário Federal para os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria Regional da República da 5ª Região
Telefones: (81) 2121.9869 / 2121.9876
E-mail: ascom@pr5.mpf.gov.br

05/05/2009

SAP

<http://www.sap.sp.gov.br/common/noticias/0400-0499/not439.html>

Curso de solda na Penitenciária II de Itirapina

Reeducandos são capacitados para executar variados tipos de soldagem industrial e comercial



Reeducandos durante aula teórica

A Penitenciária de Itirapina promoveu, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) de São Carlos, um curso de soldagem para presos do regime semiaberto que já trabalham na oficina da Indústria e Comércio MecMaq Ltda., instaladas nas dependências da unidade prisional.

O curso teve duração de 40 horas distribuídas nos meses de fevereiro e março, com aulas ministradas aos sábados. A teoria foi desenvolvida nas salas de aula da unidade com os devidos materiais didáticos e a parte prática, na oficina da empresa. No total, dez reeducandos receberam, no último dia de aula, certificados de conclusão de curso, durante a cerimônia de encerramento.

Além de oferecer ao homem preso, capacitação técnica e profissional para prestação de serviços junto às empresas que alocam mão-de-obra na unidade, o objetivo também é motivar a autoestima de cada um deles. "É de igual importância oferecer ao sentenciado condições emocionais de seguir a vida para que, após a reconquista da liberdade, possa ser reinserido na sociedade de maneira digna", analisa o diretor da penitenciária, Péricles Fiori de Souza. Ele salienta que o projeto alcançou os objetivos e há interesse dos demais sentenciados em realizar o curso. "Nosso desejo é tornar o projeto contínuo e agregar novos cursos constituindo uma escola profissionalizante permanente para todos aqueles que buscam novas oportunidades", diz.

Para o agente de treinamento do Senai, Luciano Casagrande, o curso foi muito bem aproveitado do ponto de vista técnico, dado o aprimoramento dos alunos, além da dedicação e interesse de todos que participaram. "Programas como este são um diferencial na vida desses indivíduos. Muitas vezes excluídos eles vêm, na oportunidade, condição de terem uma vida digna ao atenderem requisitos mínimos para pleitearem uma vaga no mercado de trabalho", complementa Casagrande.

Segundo o proprietário da oficina, instalada na área do presídio, Leonel Frias Júnior, "após o curso houve melhoras significativas na execução das tarefas desempenhadas e aumento na produção".



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

05/05/2009

SUSEPE

http://www.agenciaprisional.go.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=53253

Trabalho dos presos de Goiás é destaque em programa da Rede Globo



O trabalho dos presos da Cadeia Pública da Cidade de Goiás foi destaque no programa Ação da Rede Globo, apresentado pelo jornalista Sérgio Groisman. A reportagem "O Museu das Bandeiras em Goiás", sobre a integração da história da cidade com a sociedade, mostra a participação dos presos no resgate cultural e na manutenção do museu, através do artesanato, no registro da própria história por meio de bordados; e da reciclagem, na fabricação de peças para exposição. A parceria também promove a reinserção social do preso, pois profissionaliza a mão-de-obra do apenado, oportuniza um mercado de atuação, a geração de renda, e a remição da pena (um dia a menos na pena para cada três dias trabalhados) e aumenta a participação do preso na sociedade.

A reportagem completa pode ser conferida no endereço abaixo:
<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1013149-7823-O+MUSEU+DAS+BANDEIRAS+EM+GOIAS,00.html>

04/05/2009

Conseg

http://www.conseg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=967:policia-militar-do-ms-realiza-conferencia-livre&catid=49:noticias-gerais&Itemid=226

Polícia Militar do MS realiza conferência livre



Oficiais da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul vão enviar suas propostas para a 1ª Conferência Nacional em Segurança Pública (Conseg). No dia 24 de abril, a categoria realizou uma conferência livre em Campo Grande. "O relatório das etapas livres irá compor o caderno de diretrizes a ser votado no evento nacional", ressalta a coordenadora geral da 1ª Conseg, Regina Miki.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

A 1ª Conseg é um momento inédito na história do Brasil. Estarão sentados na mesma mesa representantes do poder público, trabalhadores da segurança pública e a sociedade civil organizada, com um único propósito: o de encontrar caminhos para a construção de um modelo de segurança pública que privilegie a cidadania.

O objetivo geral da Conferência é definir princípios e diretrizes orientadoras da Política Nacional de Segurança Pública, com participação da sociedade civil, trabalhadores e poder público como instrumento de gestão, visando efetivar a segurança como direito fundamental. O Ministério da Justiça pretende consolidar, também, mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de segurança.

Conferências Livres são instrumentos de participação que ampliam e estimulam a construção de espaços de discussão e debate onde os diversos setores da sociedade brasileira podem expressar, debater e aprofundar a discussão contribuindo para a formulação das diretrizes de uma nova Política Nacional de Segurança Pública.

Com informações da Assessoria da PMMS.

04/05/2009

Diário do Nordeste

<http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=635689>

Insegurança Pública - Treze fugas em quatro meses

A superlotação das delegacias tem gerado fugas, motins e muita revolta. O quadro só vai mudar com a entrega de novas Casas de Custódia



Como num filme de pesadelo, a cena se repete. Fugas espetaculares, policiais sendo rendidos e desarmados, motins e muita revolta. Este é o quadro atual das delegacias de Polícia da Capital e Região Metropolitana, Conforme o Diário do Nordeste revelou na semana passada, são quase mil presos disputando espaço nas fétidas celas dos distritos policiais.

Por conta da superlotação, as fugas tornaram-se uma perigosa rotina. Levantamentos feitos pelo Diário, na última sexta-feira apontaram a ocorrência de 13 fugas somente este ano. No total, mais de uma centena de bandidos perigosos - a maioria formada por assaltantes, latrocidistas e traficantes de drogas - voltaram às ruas da cidade, fazendo aumentar os índices da criminalidade.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

Caótica

Na manhã de sexta-feira, aconteceu, pela terceira vez em quatro meses, uma nova fuga nos xadrezes do 33º DP (Goiabeiras). “A situação aqui está caótica. Os xadrezes não servem pra nada”, reclama o delegado Jurandir Braga Nunes, titular daquele distrito. Na hora em que ocorreu a fuga havia apenas um policial civil atuando como permanente, isto é, fazia a vigilância do prédio.

Os detentos serraram as grades durante a noite - aproveitando o barulho da forte chuva que caiu naquela madrugada - e esperaram o dia amanhecer.

No momento em que o único inspetor que estava ali abriu o portão para entregar o café da manhã, foi dominado.



Cenas como a ocorrida no 33º DP estão ficando cada vez mais corriqueiras nas DPs e vai demorar a acabar. A solução encontrada pelo Governo do Estado para esvaziar as delegacias foi a construção de mais duas Casas de Privação Provisória da Liberdade (CPPLs), também conhecidas como Casas de Custódia.

Estão sendo investidos recursos da ordem de R\$ 25 milhões. Cada Casa de Custódia custará ao final de sua construção R\$ 12,5 milhões. A primeira, que deveria ter sido inaugurada no mês passado, teve sua conclusão adiada para o próximo mês. Isto se as fortes chuvas que banham a Capital e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) derem uma boa trégua. O acesso à CPPL está inviável devido ao alagamento do terreno. Segundo a Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus), falta somente a instalação da energia elétrica na cadeia.

Repetição

O quadro de superlotação nas delegacias é uma repetição do que ocorreu durante a gestão do governador Lúcio Alcântara. Fugas e até mortes ocorreram nos xadrezes das DPs. No entanto, já no fim de seu mandato, Alcântara inaugurou as duas primeiras CPPLs, em Caucaia e Itaitinga.

A transferência de todos os presos que estavam nas 34 delegacias distritais, oito metropolitanas e 12 Especializadas deixou as delegacias vazias, chegando ao ponto de a superintendência da Polícia Civil ter determinado a transformação de celas nas DPs em depósitos de objetos apreendidos. Mas, a situação não demorou a se repetir. Novamente a Polícia Civil se vê diante de uma situação que beira o caos.

O que eles pensam

O que tem provocado a superlotação?



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

Temos que observar dois aspectos. No primeiro, dentro de um arcabouço judiciário, surgiram leis mais rígidas, como a Maria da Penha, que gerou mais prisões. No segundo, com a implantação do Ronda do Quarteirão e a constante realização de operações das polícias Civil e Militar e do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), aumentaram também as prisões. Com a Polícia na rua, aumentam também os flagrantes e isto tem inibido a criminalidade, como o combate aos assaltos 'sadinhas'. O que ocorre é que aumentaram as prisões, e o sistema penitenciário não tem conseguido atender a esta demanda. Mas, a situação está prestes de ter uma solução com a entrega de duas novas casas de custódia. Essas unidades vão propiciar mais vagas.

Nival Freire
Secretário-adjunto da SSPDS

Os governos federal e estadual são os responsáveis pela situação, porque não desenvolvem política séria na área penitenciária no sentido de evitar a reincidência. A violência urbana e a superlotação das cadeias e delegacias revelam um círculo vicioso. A população e os leitores têm que entender que os quase 500 mil presos do Território Nacional e os mais de 13 mil detentos no Ceará, cedo ou tarde retornarão ao convívio social, seja porque cumpriram integralmente suas penas ou por terem sido beneficiados com a progressão do regime. Aí surge o questionamento: se a ocupação laboral, o emprego, é um desafio para quem não tem antecedentes criminais, imagine para aqueles estigmatizados e rotulados de presidiários ou ex-presidiários.

Leandro Vasques
Presidente do Conselho Penitenciário

Este é um problema recorrente e de difícil solução. Cabe ao governo do Estado considerá-lo como uma prioridade, sob pena de comprometer a essência da atividade da Polícia Judiciária, cujo papel é investigar crimes e apontar seus autores. As delegacias não podem se transformar em pequenas cadeias. Elas não têm sequer estrutura para isso. Seus xadrezes não têm segurança para abrigar tantos presos. O que acontece é que, atualmente, estão transformadas em verdadeiros depósitos de detentos. Policiais estão se desviando de suas funções. Deveriam estar investigando crimes, mas estão conduzindo presos para audiências, vigiando delegacias. Este não é o papel deles, nem eles têm esta formação. Não foram formados para tal atividade.

Hélio Leitão
Advogado, presidente da OAB-CE

Fernando Ribeiro/Emerson Rodrigues
Editor/Especial para Polícia

04/05/2009

Diário do Nordeste

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=635695>

Reformas prevêem xadrezes de concreto

A carceragem das delegacias distritais e metropolitanas serão fortificadas durante as reformas previstas, que já estão em andamento em algumas DPs. O objetivo é evitar as fugas, conforme informações do diretor do Departamento de Polícia Metropolitana (DPM), delegado Francisco de Assis Bernardo de Souza.

De acordo com Bernardo, todas as delegacias da Capital e Região Metropolitana passarão por



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

reformas. As obras já começaram em oito unidades distritais e uma metropolitana. Segundo ele, um dos pontos principais das obras serão o reforço nos xadrezes, que passarão a ser de concreto.

Previsão

Atualmente, cinco delegacias estão em fase inicial de obras: 7º DP (Pirambu); 10º (Antônio Bezerra); 12º (Conjunto Ceará); 13º (Cidade dos Funcionários); e 34º (Centro). Outras duas, segundo o diretor do DPM, já estão em fase de conclusão, o 8º DP (José Walter) e a Delegacia Metropolitana de Caucaia (DMC).

A previsão inicial do DPM é de que, em 90 dias, as delegacias estejam prontas, mas o prazo pode ser estendido. "A ordem de serviço fixa 90 dias, mas, dependendo da complexidade da obra, esse tempo pode ser maior", explica o diretor.

Enquanto são reformadas, as delegacias estão funcionando temporariamente em prédios alugados pela SSPDS. Conforme Bernardo, além disso, o 35º

DP (Curió) está pronto, aguardando somente a determinação da SSPDS para ser inaugurado. Bernardo informa ainda que o quadro de policiais dessa delegacia já está completo.

04/05/2009

Diário do Nordeste

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=635693>

Superlotação desvia policiais da função

Em entrevista ao Diário do Nordeste, na última quinta-feira, o secretário de Justiça e Cidadania, Marcos Cals, disse estar 'angustiado' diante da situação das delegacias de Polícia do Ceará. Sentimento, que, segundo ele, é compartilhado pelo secretário da Segurança

INSEGURANÇA			
Fuga em delegacias da Capital em 2009			
Data	Delegacia	Local	Nº fugitivos
01/01	33ºDP	Goiabeiras	07
12/01	6ºDP	Messejana	07
15/01	DRFVC	Centro	04
23/01	33ºDP	Goiabeiras	05
31/01	17ºDP	Vila Velha	06
15/02	13ºDP	C. Funcionários	12
21/02	19ºDP	C. Esperança	06
01/03	4ºDP	Pio XII	09
22/03	DRF	Aldeota	05
02/04	15ºDP	Cidade 2000	12
20/04	5ºDP	Parangaba	11
30/04	33ºDP	Goiabeiras	12
01/05	2ºDP	Aldeota	08
Total de fugitivos			104

Pública e Defesa Social, Roberto Monteiro. Já os delegados e policiais civis se dizem inconformados com o desvio de função a que são forçados.

"Isso está atrapalhando nossas atividades. Estamos deixando de investigar os crimes para ficar cuidando de preso, tentando impedir que eles fujam", disse o delegado Augusto Hermes Vera dos Santos, que estava de plantão no 2º DP, na última sexta-feira (dia 1º).

A superlotação nas delegacias também tem repercutido em outros setores. Na Assembleia Legislativa do Ceará diversos pronunciamentos já foram feitos para tratar da questão, especialmente na Comissão de Defesa Social.

Recapturados



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

A seqüência de fugas nas delegacias da Capital começou logo no primeiro dia do ano, quando sete detentos conseguiram escapar dos xadrezes do 33º DP. A delegacia tem sido a recordista no número de fugas. Já foram três em 2009, com 24 bandidos nas ruas. Destes, 12 já foram recapturados, segundo informa o delegado Jurandir Braga Nunes.

No dia 12 de janeiro, a segunda fuga do ano aconteceu no 6º DP, em Messejana. Sumiram seis presidiários. Porém, um dos fatos mais graves ocorreu no dia 15 de janeiro, quando quatro detentos, considerados de alta periculosidade, envolvidos em roubo de carros, 'desmanche' e receptação, dominaram um policial, tomaram sua arma e escaparam da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas (DRFVC), em pleno Centro da Capital e ao lado dos quartéis do Batalhão de Polícia de Choque (BpChoque) e do Pelotão Raio.

Na tentativa de amenizar a crise gerada pelo excesso de presos nas delegacias policiais, o juiz Luís Bessa, titular da Vara das Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, atendeu, na última quinta-feira (30), ao pedido da Polícia Civil e autorizou a transferência de 60 detentos que estavam na Delegacia de Capturas e Polinter (Decap) para o Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS).

Aliviar

Para o diretor do Departamento de Polícia Especializada (DPE), delegado Jairo Façanha Pequeno, a medida adotada pelo juiz vai 'aliviar' a situação. "Estamos adotando medidas emergenciais. Solicitamos ao juiz a oferta das vagas e ele se sensibilizou diante das dificuldades enfrentadas pelas delegacias. Essa transferência de 60 presos vai nos permitir desafogar as distritais", explica.

Já o secretário Marcos Cals afirma que, além da nova CPPL que será entregue tão logo seja resolvido o problema de instalação da energia elétrica, outra unidade, com igual capacidade, será também inaugurada 40 dias depois. As duas novas unidades abrirão quase duas mil vagas no sistema penitenciário do Ceará, que conta com quase 13 mil detentos.

04/05/2009

Comunidade Segura

<http://www.comunidadesegura.org/pt-br/MATERIA-maceio-discute-propostas-para-seguranca-publica>

Maceió discute propostas para segurança pública





CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

Segurança: direito fundamental de todo brasileiro, previsto pela Constituição Federal de 1988. Brasil: um dos países mais violentos do mundo, com cerca de 48 mil homicídios por ano. Alagoas: 2.064 vítimas letais da violência só em 2008. Maceió: capital brasileira com maior concentração de homicídios juvenis, 1.017 entre 2004 e 2006. Os dados são do Ministério da Justiça e da Secretaria Estadual de Defesa Social de Alagoas.

Não é à toa que a preparação para a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg) vem mexendo com os ânimos de milhares de brasileiros país afora. E em Maceió não foi diferente. A capital alagoana realizou no final de abril, mais uma etapa municipal da conferência e discutiu propostas que serão levadas à Brasília em agosto.

Foram 175 vagas abertas para participantes, das quais 70 eram reservadas para representantes da sociedade civil, 53 para a classe trabalhadora da área – sindicatos, associações, entre outros – e 52 para representantes do poder público. Todas preenchidas com antecedência. O interesse pelo processo participativo na área de segurança pública, inédito no Brasil, tornou pequeno o auditório do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), onde o evento foi realizado.

Debates acalorados

Os debates acalorados começaram já no dia da abertura, quando alguns participantes questionaram o pequeno número de delegados que seriam eleitos para a etapa nacional da 1ª Conseg: três ao todo, sendo um de cada categoria.

A representante regional do Ministério da Justiça (MJ), Regina Trindade, explicou que todas as definições para as etapas municipais e estaduais vêm sendo exaustivamente discutidas há vários meses. "O tempo aqui deve ser aproveitado para fazer diagnósticos e propor soluções alternativas para a segurança pública brasileira, seja a curto, médio ou longo prazo", afirmou.

A vereadora Heloísa Helena (PSol), integrante da comissão organizadora pela Câmara de Vereadores de Alagoas, concordou, acrescentando que "estar aqui não é um trabalho qualquer. Mais importante do que se candidatar a delegado, é fazer as discussões que nos levem a boas e novas políticas de segurança", disse a vereadora.

A abertura desta etapa da 1ª Conseg contou ainda com a presença de outras autoridades alagoanas, como o secretário de Estado de Defesa Social, Paulo Rubim, que confirmou investimentos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) nos bairros considerados mais violentos da capital alagoana. Já o prefeito de Maceió, Cícero Almeida, aproveitou a ocasião para anunciar a intenção de criar uma Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Eixos temáticos

Seguindo as definições aprovadas pela Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conseg, as discussões nesta etapa municipal de Maceió giraram em torno de sete eixos temáticos, pautados "pelo próprio perfil da violência urbana no Brasil", de acordo com o texto-base elaborado pela comissão:

- Gestão democráticas: controle social e externo, integração e federalismo;
- Financiamento e gestão da política pública de segurança;
- Valorização profissional e otimização das condições de trabalho;
- Repressão qualificada da criminalidade;
- Prevenção social do crime e das violências e construção da cultura de paz;
- Diretrizes para o Sistema Penitenciário
- Diretrizes para o Sistema de Prevenção, Atendimento Emergenciais e Acidentes

Dentro desses eixos, várias propostas foram sugeridas e discutidas pelos participantes. Entre elas, a criação de um Conselho Estadual de Segurança, a cobrança por uma maior agilidade na aprovação, pelo Congresso Nacional, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 534 –



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

que amplia os poderes da Guarda Municipal em todos os municípios brasileiros –, e a criação de um canal de comunicação entre as polícias das três esferas públicas: municipal, estadual e federal.

"Antes de pensar nos entraves políticos, devemos pensar o que a população alagoana, que tanto vem sofrendo com a violência, deseja", questionou a presidente da Associação dos Guardas Municipais do Estado de Alagoas (AGMEAL), Solange Dias, delegada eleita democraticamente para representar a classe na etapa nacional da conferência.

Cidadania

Outras discussões de destaque se referem a um assunto tão delicado quanto presente nas comunidades mais pobres do Brasil: a repressão policial. A postura reativa da polícia foi duramente questionada pelo conselheiro tutelar e prefeito comunitário Silvânio Barbosa. "Não podemos mais aceitar a brutalidade com que a polícia age em Alagoas. E não estou falando somente dos policiais, dos soldados. Existe aqui um autoritarismo muito grande dos comandantes dos batalhões", afirmou Barbosa.

Barbosa é uma das lideranças da comunidade Benedito Bentes – uma das três áreas escolhidas para receber recursos do Pronasci por serem consideradas as mais violentas de Maceió - e foi o segundo delegado eleito para a etapa nacional da 1ª Conseg.

Uma das propostas apresentadas para prevenir o crime foi a destinação de verbas, inclusive sindicais, para a criação de oportunidades de primeiro emprego para jovens, especialmente de áreas de vulnerabilidade social. "Esperamos um canal maior de comunicação com o setor escolar e acadêmico, que sofrem demais com a violência e não são chamados aos debates sobre segurança", reclamou o universitário José Alfredo de Lima.

Conferências estadual e nacional

Agora, os delegados Silvânio Barbosa, Solange Dias e o representante do poder público – que ainda será escolhido pela prefeitura de Maceió – se preparam para a etapa nacional da 1ª Conseg, em Brasília, que acontecerá nos dias 27 a 30 de agosto, pouco mais de um mês depois da realização da etapa estadual, prevista para os dias 15 a 17 de julho, em Alagoas.

A maior expectativa é que as sugestões da sociedade gerem resultados reais na elaboração de políticas públicas na área da segurança. "Essa é a primeira vez que podemos participar das discussões nessa área, só espero que não seja apenas mais um evento sem resultados concretos. Digo isso porque estamos vendo aí conferência atrás de conferência e o que chega de fato na vida das pessoas é muito pouco", desabafou o presidente do Projeto Erê – Meninos e Meninas de Rua, Átila Vieira.

03/05/2009

Blog Jornal Recomeço

<http://jornalrecomeco.blogspot.com/>

A voz do detento

Gildásio mostra o seu trabalho de pintura do símbolo da APAC na entrada da entidade

Carta da Ingratidão



Gildásio de Souza Rampazi

Eu fui detido dia 15 de agosto de 2007 e condenado a um ano e 8 meses de reclusão. Aos quatro meses eu ganhei trabalho interno na cadeia pública de Leopoldina



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

pelo meu excelente comportamento. Reformei a cadeia, pintei, solucionei os problemas do pátio com ajuda do Diretor da Cadeia Pública de Minas Gerais, Dr. Maurício. Espalhando quatro caminhões de pó de pedra e nivelando o terreno onde não tinha condições de visita.

Aos seis meses fui para a APAC e continuei trabalhando de pedreiro e pintor que é a minha profissão. Fiz divulgações com o slogan da APAC no muro externo que até hoje, encontra-se lá, para toda a sociedade ver e saber que existe a Apac em Leopoldina. Até então, poucas pessoas sabiam onde era situada a APAC.

E fora essas, outras reformas eu fiz com as minhas mãos. Fiquei oito meses na Apac, onde a minha remissão seria de oitenta dias, me deram trinta dias na Apac. Os outros 30 dias que constam é que eu ganhei na cadeia antes de ir para a Apac. Eu fiz 99 %, errei 1% e estou pagando trancado a última vírgula do meu processo . Eu não tive reconhecimento de nada que eu fiz.

Peço divulgação desta carta no Jornal Recomeço.

Um abraço a todos da APAC. Um abraço a D. Glória, a irmã Beth e a todos.

Gildásio

OBS: Crime é o que fazem com a gente em uma cela com 12 metros quadrados.

02/05/2009

Estado de Minas

http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_7/2009/05/02/em_noticia_interna,id_sessao=7&id_noticia=108752/em_noticia_interna.shtml

Pena alternativa supera o total de prisões em SP

Pela primeira vez, São Paulo aplicou mais penas e medidas alternativas (PMAs) do que de prisão. O Estado terminou 2008 com 158.666 pessoas cumprindo PMAs e 154.696 presos. Excluídos os detentos provisórios, que ainda aguardam julgamento, o número de PMAs é 43,6% maior do que o de prisões. Os dados são do Ministério da Justiça. São Paulo seguiu a mesma tendência observada nos números nacionais, registrados assim pela primeira vez no primeiro semestre de 2008.

O acumulado do ano confirmou a mudança no paradigma observado até então no sistema penitenciário brasileiro: 558.830 PMAs (25% a mais do que o número de presos) em dezembro de 2008 - excluídos os presos provisórios, a diferença salta para 81,6%. "No Direito Penal, a prisão deve ser exceção e não regra, como antes", diz a coordenadora-geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Márcia de Alencar.

Segundo ela, porém, era preciso estruturar o atendimento de condenados fora das penitenciárias para que juízes passassem a confiar na efetividade do cumprimento das penas em liberdade. "Sem o controle da execução da pena, os juízes tinham receio em permitir o cumprimento em liberdade. Com a criação de varas e centrais especializadas em PMAs, principalmente em Estados como São Paulo, Sergipe e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal cada vez mais o Judiciário tem preferido aplicar penas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade, a mandar pessoas para a prisão."

02/05/2009



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

Estadão

http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090502/not_imp364235,0.php

"Prisão deve ser exceção, e não regra"

Para coordenadora do Depen, pena controlada deu segurança a juízes

Adriana Carranca

Pela primeira vez, São Paulo aplicou mais penas e medidas alternativas (PMAs) do que de prisão. O Estado terminou 2008 com 158.666 pessoas cumprindo PMAs e 154.696 presos. Excluídos os detentos provisórios, que ainda aguardam julgamento, o número de PMAs é 43,6% maior do que o de prisões. Os dados são do Ministério da Justiça. São Paulo seguiu a mesma tendência observada nos números nacionais, registrados assim pela primeira vez no primeiro semestre de 2008, como adiantou o Estado.

O acumulado do ano confirmou a mudança no paradigma observado até então no sistema penitenciário brasileiro: 558.830 PMAs (25% a mais do que o número de presos) em dezembro de 2008 - excluídos os presos provisórios, a diferença salta para 81,6%. "No Direito Penal, a prisão deve ser exceção e não regra, como antes", diz a coordenadora-geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Márcia de Alencar.

Segundo ela, no entanto, era preciso estruturar o atendimento de condenados fora das penitenciárias para que juízes passassem a confiar na efetividade do cumprimento das penas em liberdade. "Sem o controle da execução da pena, os juízes tinham receio em permitir o cumprimento em liberdade. Com a criação de varas e centrais especializadas em PMAs, principalmente em Estados como São Paulo, Sergipe e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, cada vez mais o Judiciário tem preferido aplicar penas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade, a mandar pessoas para a prisão."

São Paulo é um exemplo. O juiz titular da 5ª Vara das Execuções Criminais, Paulo Eduardo de Almeida Sorci, diz que a curva de prisões começou a mudar no Estado a partir da estruturação das centrais de penas e medidas alternativas, que acompanham a execução das condenações. "Com isso, os juízes passaram a confiar mais no cumprimento da pena em liberdade." Outra mudança foi a melhor estruturação e fortalecimento da Defensoria Pública, que permitiu aprimorar a defesa de acusados sem condições de pagar um advogado particular. Somados, esses fatores levaram São Paulo a ser o Estado que mais aplica penas e medidas alternativas em toda a Região Sudeste.

No Brasil, Sergipe e Distrito Federal se destacam. Excluindo-se o número de medidas alternativas - relativas a crimes não passíveis de prisão -, os juízes do Sergipe aplicaram quase três vezes mais penas alternativas, que podem substituir a prisão no caso de condenados a pena de até 4 anos. Em dezembro, 8.220 pessoas cumpriam pena alternativa, em liberdade, e havia 3.326 presos no Estado. No Distrito Federal, 11.328 cumpriam pena alternativa ante 7.782 que estão nas prisões. "Foram Estados que criaram varas especiais de execução de medidas e penas alternativas, o que permitiu mudanças na atitude do Judiciário", diz Márcia, do Depen.

Em comparação a 2007, o número de pessoas cumprindo medidas e penas alternativas aumentou 32,2%, muito mais do que os 5,5% de acréscimo no número de presos em todo o País, no mesmo período.

TIPIFICAÇÃO

Mudanças na legislação brasileira possibilitaram maior flexibilidade do Judiciário na



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

condenação e aplicação de PMAs. Em 2002, apenas cinco tipos de crimes eram passíveis de substituição da pena de prisão por uma alternativa, em liberdade. Hoje, são 12. Em vigor desde 2006, a Lei Maria da Penha é um exemplo. Embora tenha enrijecido a punição aos que cometem crimes de violência contra a mulher, a lei permite, na maioria dos casos, que a pena de prisão seja substituída e cumprida em liberdade.

Em 2008, o Ministério da Justiça destinou R\$ 6 milhões do Fundo Penitenciário Nacional para o fortalecimento do serviço e monitoramento da execução de penas e medidas alternativas - uma das ações é a criação das centrais para acompanhamento do condenado em todos os Estados. Para 2009, estão previstos outros R\$ 10,6 milhões. Somada, a verba de 2008 e 2009 supera os R\$ 14,3 milhões investidos desde a criação do fundo, em 1994.

FRASES

Márcia de Alencar
Coordenadora-geral do Depen

"No Direito Penal, a prisão deve ser exceção e não regra, como antes"

"Com a criação de varas e centrais especializadas em PMAs, cada vez mais o Judiciário tem preferido aplicar penas alternativas a mandar pessoas para a prisão"

01/05/2009

CONJUR

<http://www.conjur.com.br/2009-mai-01/juiz-proibe-entrada-presos-sistema-prisional-maceio>

Juiz impede chegada de novos presos em sistema prisional

O juiz substituto da 16ª Vara Criminal de Maceió (Execuções Penais), Ricardo Jorge Cavalcante Lima, proibiu a chegada de mais presos no sistema prisional da capital, oriundos de delegacias e presídios da própria capital ou interior. O ato publicado no Diário Oficial, de terça-feira (28/4), é em virtude da superpopulação carcerária nas penitenciárias.

Antes de editar a portaria, o juiz ouviu o Ministério Público Estadual, que se manifestou favorável à vedação da entrada de mais presos nas penitenciárias.

O juiz levou em consideração as informações prestadas pela direção das Unidades Penitenciárias, que apontam situação precária no sistema carcerário. Na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcante de Oliveira e no Presídio Masculino professor Cyridião Durval e Silva, o número de presos ultrapassa mais de 60% da capacidade, enquanto que, na Casa de Detenção de Maceió, esse valor é de 30%. Além disso, o Presídio Feminino Santa Luzia também já atingiu seu limite máximo. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Alagoas.

01/05/2009

CONJUR

<http://www.conjur.com.br/2009-mai-03/onu-interesse-firmar-convenio-cnj-execucao-penal>

ONU tem interesse em firmar convênio com CNJ



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

01/05 à 08/05/2009

O corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, afirmou que representantes da Organização das Nações Unidas demonstraram interesse em firmar convênio com o Conselho Nacional de Justiça. O objetivo é expandir a experiência brasileira na área de execução penal a outros países.

Os projetos foram apresentados por Dipp, em Viena, na Áustria, a funcionários da ONU. O ministro participou de reunião que estudou estratégias para o *XII Congresso das Nações Unidas*, que será realizado em Salvador, em 2010. O sistema carcerário será o tema adotado pela organização

Dipp afirmou que os representantes elogiaram as ações desenvolvidas pelo CNJ, como o mutirão carcerário e o programa Começar de Novo, que visa a reintegração social de ex-detentos.

De acordo com o corregedor, a ONU também manifestou a intenção de transformar o Brasil em modelo para países de língua portuguesa, para as questões relacionadas ao sistema carcerário. As ações do CNJ relacionadas às penas alternativas também foram destacadas pelos representantes da Organização. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Conselho Nacional de Justiça.